

Regina Helena Costa

CURSO DE
DIREITO
TRIBUTÁRIO

CONSTITUIÇÃO E CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

13ª edição
2023

saraiva  jur



Av. Paulista, 991, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Iris Ferrão

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Flavio Teixeira Quarazemin
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Cancio Padovan

Revisão Bernardete Mauricio

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Sergio Luiz Pereira Lopes
Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

C837c Costa, Regina Helena

Curso de Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional / Regina Helena Costa. - 13. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2023.

504 p.

ISBN: 978-85-5382-752-9 (impresso)

1. Direito. 2. Direito Tributário. 3. Constituição. 4. Código Tributário Nacional. I. Título.

2022-3276

CDD 341.39
CDU 34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário 341.39
2. Direito Tributário 34:336.2

Data de fechamento da edição: 7-11-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA 713381 CL 608047 CAE 818233

Sumário

<i>Sobre a Autora</i>	V
<i>Apresentação</i>	VII
<i>Abreviaturas</i>	IX
<i>Nota à 13ª edição</i>	XIX
<i>Nota à 12ª edição</i>	XXI
<i>Nota à 11ª edição</i>	XXIII
<i>Nota à 10ª edição</i>	XXV
<i>Nota à 9ª edição</i>	XXVII
<i>Nota à 8ª edição</i>	XXIX
<i>Nota à 7ª edição</i>	XXXI
<i>Nota à 6ª edição</i>	XXXIII
<i>Nota à 5ª edição</i>	XXXV
<i>Nota à 4ª edição</i>	XXXVII
<i>Nota à 3ª edição</i>	XXXIX
<i>Nota à 2ª edição</i>	XLI

Parte I – Fundamentos do Direito Tributário

1. A Tributação e os Direitos Fundamentais.....	3
1.1. conceito de tributação.....	3
1.2. Tributação e direitos fundamentais.....	4
1.3. Escorço histórico da tributação.....	7
2. Perfil do Direito Tributário.....	10
2.1. Conceito e objeto.....	10
2.2. Autonomia.....	10
2.3. Relacionamento com outros ramos do direito.....	12
3. Fontes do Direito Tributário.....	15
3.1. Conceito e espécies.....	15
3.2. Fontes legislativas.....	15
3.2.1. Constituição da República.....	15
3.2.2. Lei complementar.....	18

3.2.3. Lei ordinária.....	22
3.2.4. Medida provisória	22
3.2.5. Decreto legislativo.....	24
3.2.6. Resolução.....	24
3.3. Atos administrativos normativos	25
3.3.1. Decretos	25
3.3.2. Instruções.....	26
3.4. Jurisprudência.....	27
3.5. Doutrina	28

Parte II – Sistema Constitucional Tributário

1. A Disciplina Constitucional da Tributação.....	31
1.1. O Sistema Tributário Nacional.....	31
1.2. Normas tributárias fora do capítulo do Sistema Tributário Nacional.....	35
1.3. As alterações promovidas por emendas constitucionais.....	37
2. Competência Tributária.....	40
2.1. Conceito e características.....	40
2.2. Repartição de competências tributárias	42
2.3. Fiscalidade, Extrafiscalidade e Parafiscalidade	45
2.4. Bitributação e Bis in Idem	47
3. Limitações ao Poder de Tributar.....	48
3.1. Considerações gerais.....	48
3.2. Princípios constitucionais	49
3.2.1. Princípios gerais com especial repercussão no âmbito tributário.....	51
3.2.1.1. Segurança jurídica.....	51
3.2.1.2. Dignidade da pessoa humana	52
3.2.1.3. Isonomia	53
3.2.1.4. Legalidade.....	54
3.2.1.5. Princípio republicano.....	55
3.2.1.6. Princípios federativo e da autonomia municipal	55
3.2.1.7. Moralidade	56
3.2.1.8. Supremacia do interesse público sobre o particular	57
3.2.1.9. Função social da propriedade	57
3.2.2. Princípios específicos.....	58
3.2.2.1. Legalidade tributária.....	59
3.2.2.2. Anterioridade da lei tributária: genérica, especial e nona- gesimal	61
3.2.2.3. Irretroatividade da lei tributária.....	65
3.2.2.4. Praticabilidade tributária.....	66

3.2.2.5.	Não obstância do exercício de direitos fundamentais por via da tributação	68
3.2.2.6.	Generalidade da tributação	69
3.2.2.7.	Capacidade contributiva.....	70
3.2.2.8.	Solidariedade contributiva	72
3.2.2.9.	Vedação da utilização de tributo com efeito de confisco	74
3.2.2.10.	Não limitação ao tráfego de pessoas e bens	75
3.2.2.11.	Uniformidade geográfica, vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações da dívida pública e da remuneração dos servidores e vedação à isenção heterônoma	76
3.2.2.12.	Não diferenciação tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino.....	77
3.3.	Imunidades.....	78
3.3.1.	Conceito.....	78
3.3.2.	Classificação	79
3.3.3.	Imunidades genéricas	81
3.3.3.1.	Imunidade recíproca	83
3.3.3.2.	Templos de qualquer culto	84
3.3.3.3.	Imunidades contidas no art. 150, VI, c.....	85
3.3.3.3.1.	Partidos políticos e suas fundações	89
3.3.3.3.2.	Entidades sindicais de trabalhadores	90
3.3.3.3.3.	Instituições de educação e de assistência social.....	91
3.3.3.4.	Livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	98
3.3.3.5.	Fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.....	100
3.3.4.	Imunidades específicas	100
4.1.	Conceito constitucional de tributo.....	105
4.2.	Definição legal	105
4.3.	Espécies.....	108
4.3.1.	Impostos.....	110
4.3.1.1.	Classificação dos impostos	112
4.3.2.	Taxas.....	114
4.3.2.1.	Taxa de polícia	115
4.3.2.2.	Taxa de serviço.....	117
4.3.2.3.	Pedágio.....	119
4.3.2.4.	Taxa e tarifa	120
4.3.3.	Contribuição de melhoria	123
4.3.4.	Empréstimo compulsório.....	126

4.3.5. Contribuições.....	128
4.3.5.1. Contribuições sociais.....	130
4.3.5.2. Contribuições interventivas (CIDEs).....	133
4.3.5.3. Contribuições no interesse de categorias profissionais ou econômicas.....	138
4.3.5.4. Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.....	139

Parte III – O CTN e Suas Normas Gerais

1. O Papel do Código Tributário Nacional.....	143
2. Capacidade Tributária Ativa.....	147
3. Legislação Tributária: Vigência, Interpretação, Integração e Aplicação.....	150
3.1. Legislação tributária.....	150
3.2. Vigência: conceito.....	154
3.2.1. Vigência no tempo.....	155
3.2.2. Vigência no espaço.....	156
3.3. Interpretação e seus métodos.....	157
3.4. Integração da legislação tributária.....	164
3.5. Aplicação da legislação tributária.....	166
4. Obrigação Tributária.....	170
4.1. Obrigação tributária: principal e acessória.....	170
4.2. A dissensão doutrinária.....	171
4.3. Relação jurídica sancionatória.....	175
4.4. Críticas.....	175
5. Fato Gerador.....	177
5.1. Fato gerador: conceito.....	177
5.2. A disciplina do CTN.....	178
5.3. A hipótese de incidência tributária e seus aspectos.....	184
5.3.1. Antecedente: aspectos material, espacial e temporal.....	185
5.3.2. Consequente: aspecto pessoal.....	186
5.3.2.1. Sujeito ativo.....	187
5.3.2.2. Sujeição passiva tributária: considerações gerais.....	188
5.3.2.3. Solidariedade.....	190
5.3.2.4. Capacidade tributária passiva.....	192
5.3.2.5. Domicílio tributário.....	194
5.3.3. Sujeição passiva indireta ou responsabilidade no CTN.....	195

5.3.3.1.	Sucessão.....	198
5.3.3.2.	Responsabilidade em sentido estrito.....	202
5.3.3.3.	Substituição	205
5.3.3.4.	Nossa opinião.....	208
5.4.	Consequente: aspecto quantitativo	209
6.	Crédito Tributário e Lançamento	213
6.1.	Crédito tributário: conceito	213
6.2.	Lançamento: conceito, natureza jurídica e eficácia.....	214
6.2.1.	Critérios para o lançamento	218
6.2.2.	Modalidades	222
6.2.3.	O lançamento por homologação e suas peculiaridades	225
7.	Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário.....	230
7.1.	Considerações gerais	230
7.2.	Hipóteses	233
7.2.1.	Moratória.....	233
7.2.2.	Depósito do montante integral.....	235
7.2.3.	Reclamações e recursos administrativos.....	238
7.2.4.	Concessão de medida liminar em mandado de segurança ou em outra ação, ou de tutela antecipada	238
7.2.5.	Parcelamento.....	240
8.	Extinção do Crédito Tributário.....	243
8.1.	Introdução	243
8.2.	Pagamento e suas modalidades: considerações gerais.....	245
8.2.1.	Imputação do pagamento.....	248
8.2.2.	Consignação em pagamento	249
8.2.3.	Pagamento indevido e restituição do indébito	250
8.2.4.	Conversão de depósito em renda.....	257
8.2.5.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento	258
8.2.6.	Dação em pagamento	258
8.3.	Compensação.....	259
8.4.	Transação	262
8.5.	Remissão.....	263
8.6.	Decadência	265
8.7.	Prescrição	268
8.8.	Decisão administrativa irreformável	270
8.9.	Decisão judicial passada em julgado	271
9.	Exclusão do Crédito Tributário.....	273

9.1. Considerações gerais	273
9.2. Isenção: perfil constitucional	274
9.2.1. Isenção e imunidade	275
9.2.2. Espécies de isenções	277
9.2.3. A disciplina do Código Tributário Nacional	277
9.2.4. Isenção e alíquota zero	280
9.3. Anistia	281
10. Infrações e Sanções Tributárias	284
10.1. A relação sancionatória	284
10.2. Modalidades de sanções tributárias	284
10.3. Sanções políticas	285
10.4. Princípios gerais do direito sancionador	286
10.5. A disciplina do Código Tributário Nacional	289
10.6. Denúncia espontânea	291
11. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário	295
11.1. Conceitos	295
11.2. A disciplina do Código Tributário Nacional	296
12. Administração Tributária	305
12.1. Conceito de Administração Tributária e sua disciplina constitucional	305
12.2. A disciplina do Código Tributário Nacional	307
12.2.1. Fiscalização	307
12.2.2. Dívida ativa	318
12.2.3. Certidões negativas	322

Parte IV – Impostos em Espécie

1. Impostos Federais	329
1.1. A competência da União em matéria de impostos	329
1.2. Imposto de Importação	330
1.2.1. Perfil constitucional	330
1.2.2. Aspectos da hipótese de incidência	331
1.3. Imposto de exportação	333
1.3.1. Perfil constitucional	333
1.3.2. Aspectos da hipótese de incidência	334
1.4. Imposto sobre a Renda – IR	337
1.4.1. Perfil constitucional	337
1.4.2. Aspectos da hipótese de incidência	339
1.4.3. Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF	341

1.4.4. Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ	344
1.5. Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	346
1.5.1. Perfil constitucional	346
1.5.2. Aspectos da hipótese de incidência	349
1.6. Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	352
1.6.1. Perfil constitucional	352
1.6.2. Aspectos da hipótese de incidência	353
1.7. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.....	356
1.7.1. Perfil constitucional	356
1.7.2. Aspectos da hipótese de incidência	357
1.8. Imposto sobre grandes fortunas – IGF	361
1.8.1. Perfil constitucional	361
2. Impostos Estaduais	362
2.1.A competência dos Estados-Membros e do Distrito Federal em matéria de impostos.....	362
2.2.Imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens e direitos – ITCMD.....	362
2.2.1. Perfil constitucional	362
2.2.2. Aspectos da hipótese de incidência	364
2.3.Imposto sobre operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.....	365
2.3.1. Considerações gerais.....	365
2.3.2. Perfil constitucional	366
2.3.3. O papel da lei complementar.....	370
2.3.4. Aspectos da hipótese de incidência	372
2.4. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA.....	377
2.4.1. Perfil constitucional	377
2.4.2. Aspectos da hipótese de incidência	378
3. Impostos Municipais.....	381
3.1.A competência dos Municípios em matéria de impostos.....	381
3.2.Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU	381
3.2.1. Perfil constitucional	381
3.2.2. Aspectos da hipótese de incidência	386
3.3. Imposto sobre transmissão de bens imóveis – ITBI.....	388
3.3.1. Perfil constitucional	388
3.3.2. Aspectos da hipótese de incidência	390

3.4. Imposto sobre prestações de serviços de quaisquer natureza – ISSQN.....	392
3.4.1. Perfil constitucional	392
3.4.2. O papel da lei complementar	393
3.4.3. Aspectos da hipótese de incidência	396

Parte V – Noções sobre as Relações Processuais em Matéria Tributária

1. Considerações Gerais	403
1.1. Introdução: existe um “processo tributário”?	403
1.2. Algumas palavras sobre o controle de constitucionalidade em matéria tributária	405
2. Aspectos do Processo Administrativo Tributário.....	410
2.1. Introdução	410
2.2. A processualidade no plano constitucional	410
2.3. Objeto do processo administrativo tributário	413
2.4. Fases do processo administrativo tributário.....	413
2.5. A consulta.....	415
2.6. Perspectivas.....	415
3. Aspectos das Ações Judiciais Utilizadas pelos Sujeitos das Relações Tributárias.....	418
3.1. Considerações iniciais	418
3.2. Tutela de urgência em matéria tributária	418
3.3. Ações do sujeito passivo contra o Fisco	419
3.3.1. Mandado de segurança.....	419
3.3.2. Ações anulatória e declaratória do indébito tributário	420
3.3.3. Ação de repetição do indébito	421
3.3.4. Ação de compensação.....	422
3.4. Ações do Fisco contra o sujeito passivo	423
3.4.1. Medida cautelar fiscal	423
3.4.2. Execução fiscal	424

Parte VI – Outros Temas

1. Necessidade de Alterações no Imposto sobre a Renda de Pessoa Física	431
2. Ação Civil Pública em Matéria Tributária.....	433
3. Repercussão Geral em Matéria Tributária: Breves Reflexões.....	440

<i>Referências Bibliográficas</i>	449
---	-----

<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	455
--	-----